

Costa avisa que o tempo esgotou-se e que reforma da floresta tem de avançar já

18 de Dezembro, 2017

O primeiro-ministro advertiu esta segunda-feira, dia 18, que o país continuará exposto a fenómenos climatéricos extremos e que o tempo político esgotou-se, impondo-se que os investimentos em curso no combate aos incêndios sejam acompanhados pela reforma estrutural da floresta, noticia a agência Lusa.

António Costa deixou estas mensagens no discurso que proferiu após ter condecorado o Grupo de Intervenção e Proteção de Socorro (GIPS) da GNR, corpo por si criado em 2006 enquanto ministro da Administração Interna, durante uma cerimónia que decorreu na Praça do Comércio em Lisboa.

O primeiro-ministro referiu-se com algum detalhe aos investimentos em curso ao nível da reforma do sistema de Proteção Civil, sobretudo em termos de prevenção, fiscalização e combate aos incêndios, mas deixou o aviso de que o tempo para a reforma estrutural da florestal “esgotou-se” e que as condições naturais que o país enfrenta “agravam a ameaça” dos fogos.

“A floresta portuguesa está mais desordenada do que há 11 anos, os dois anos de seca severa que temos enfrentado tornaram os combustíveis mais perigosos e o processo de alterações climáticas exporá o país, necessariamente, a fenómenos meteorológicos extremos, tal como se registaram a 17 de junho e 15 de outubro passados”, observou.

Face a estes fatores adversos, o líder do executivo sustentou que o país tem de “intervir em todas as componentes do sistema”.

“Reafirmei já o compromisso do Governo no sentido de aumentar o número de efetivos dos sapadores florestais e assegurei o empenho em reforçar a capacitação dos bombeiros voluntários, a par do aumento dos efetivos profissionais no seio dos corpos dos bombeiros voluntários. Do mesmo modo, estamos a contar ver reforçada a capacidade de intervenção das Forças Armadas na assistência militar de emergência”, apontou.

No entanto, neste ponto, o primeiro-ministro transmitiu um sério aviso, alegando que não se pode cair novamente “no erro de investir nos meios de combate e descurar a reforma da floresta”.

“Não podemos voltar a fazer o mesmo, não podemos voltar a andar com uma perna a um ritmo superior à outra. Ambas as pernas têm de andar ao mesmo ritmo para que o passo seja um passo consolidado. Por isso, já se arrancou com o projeto piloto do cadastro, dispomos de um quadro legislativo que permite reforçar a atuação das autarquias nas zonas de intervenção florestal e criaram-se as entidades de gestão florestal para poderem existir áreas economicamente

viáveis na floresta”, defendeu.

* *Foto Reuters*